

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região | Dezembro 2019

Mala Direta
Postal Básica
9912330578 - DR/RS
SIND. BANCÁRIOS PELOTAS
CORREIOS



RETROSPECTIVA 2019

Editorial

Chegamos à última edição do jornal O Troco, em 2019. E o mês de dezembro começa com novidades na diretoria do Sindicato. Em assembleia geral extraordinária, ocorrida na última semana de novembro, foram eleitos e tomaram posse os seis novos diretores do Sindicato: Cristiane da Luz (Bradesco), Emerson Botelho (Itaú), João Paulo da Silveira (Banrisul), Juliano da Rocha (Banrisul), Lucas da Cunha (Caixa) e Roger Carré (Banrisul). A vacância nos cargos da direção se deu em função da saída dos diretores: Ricardo Bochi, Mauro Carvalho, César Mello, Luis Fernando Reis, Jefferson Cordeiro (todos do Bradesco) e Luiz Antônio Dutra da Silveira (Itaú). É importante deixar registrado que cada um dos diretores que se despedem deixa um legado de compromisso e dedicação junto à categoria bancária. Esta época do ano é marcada por despedidas e renovações, mas também por reflexões importantes. Por isso, nas páginas centrais, dedicamos um espaço à retrospectiva deste ano de 2019. Além disso, projetamos as lutas para o ano de 2020 e entregamos aos nossos leitores uma reportagem que analisa os impactos das reformas estruturais do Estado, que estão sendo promovidas desde o golpe que retirou a presidente Dilma Rousseff do poder, mas que tem se intensificado no governo Bolsonaro. Não será um ano fácil, mas para que possamos sair exitosos das negociações com a Fenaban, mantendo e renovando os direitos conquistados com a nossa Convenção Coletiva de Trabalho, será preciso que todos – e cada um – se envolva(m) diretamente nesta luta. Nossas conquistas serão do tamanho do nosso comprometimento em defender os nossos direitos. Desejamos a todos um 2020 de muita luta, porque, se houver luta, com certeza também haverá vitória.

Expediente

Coordenador de Comunicação

LUIS DIOGO

Jornalista Responsável

EDUARDO MENEZES | MTb 15966 DRT/RS

Estagiária de Comunicação

HELENA SCHUSTER

Periódico mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas

e Região. Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 3225.4108 e (53) 3225.4066

Site: www.bancariospel.org.br

e-mail: seebimprensa@gmail.com

Impressão Gráfica Seriarte

Artigo

Primeiras impressões das regras de transição postas na emenda constitucional n.103/19

Por José Ricardo Costa*

Em linhas muito gerais, pretendemos apontar alguns pontos que afetam, direta e frontalmente, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Talvez a primeira grande regra seja a de “tempo de transição”. Isso porque ela é de apenas dois anos para quem esta prestes a completar os 35 anos (homem) e 30 anos (mulher). Uma regra de dois anos é extremamente exígua e injusta, uma vez que grande parcela dos segurados estão fora deste parâmetro. Cinco anos, tal como já tivemos no passado, seria mais adequado e justo para com aqueles que começaram a contribuir sob uma regra compactuada e, no final do jogo, a regra muda a seu desfavor (sem que tenha no mínimo consultado sobre esta mudança).

Quem não acessar esta regra de transição, tendo que cumprir um pedágio de 50% sobre o tempo que faltaria para fechar o tempo normal (como visto acima), cairá na grande vala de aposentadoria por idade (aos 62 anos para mulheres, com 15 anos de contribuição e aos 65 anos homens, com 20 anos contributivos).

Ao que tudo indica a ideia predominante, vitoriosa ao final e ao cabo, é de extinção da aposentadorias outras, especialmente a de tempo de contribuição, em prol de uma grande aposentadoria por idade, como citada acima.

De qualquer modo, sobram outras duas grandes regras para os trabalhadores celetistas: a) a que considerada tempo de contribuição e a pontuação (hoje em 86 pontos, mulhe-

res e 96 pontos, homens), que exige um mínimo de 30 anos de contribuição para as mulheres e 35 anos para os homens. Note-se que esta regra prevê o aumento do número de pontos a partir de 01 de janeiro de 2020 em meio ponto por ano, chegando até os 100/105 para mulheres e homens, respectivamente. Há se se fazer uma conta matemática bem simples neste caso. Vejamos que, ao final, homens e mulheres terão que trabalhar 40 anos para fechar a pontuação aos 60/65 anos. O que vale dizer que os homens já se aposentam aos 65 anos com apenas 20 anos de contribuição, a metade do tempo exigido nesta regra, e as mulheres com mais dois anos, ou seja, aos 62 anos e somente 15 anos de contribuição, conseguem sua aposentadoria ordinatória por idade; b) a segunda regra não utiliza os pontos, mantendo o mesmo período contributivo, dos 39/35 anos, mas impõe uma idade mínima de 56/61 anos para mulheres e homens, respectivamente. Ocorre que essa idade sobre seis meses a partir de 01/01/20, chegando aos 62 anos para as mulheres (em 2023) e aos 65 anos para os homens (em 2027). O que vale dizer que retornamos ao grande grupo das aposentadorias por idade, o que reforça nossa tese da prevalência e existência de um grande grupo por ela representado.

* **Doutor em Serviço Social, Mestre em Direito e Assessor Jurídico do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região. Advogado Previdenciário.**

CHARGE



Assembleia para recomposição da diretoria elege e dá posse aos novos diretores do Sindicato

Em assembleia realizada na quinta-feira, dia 28 de novembro, o Sindicato elegeu os seis novos diretores que passam a fazer parte da gestão Ninguém solta a mão de ninguém- resistência para o triênio 2019/2022. Os cargos entraram em vacância devido a saída de seis diretores: Ricardo Bochi, Mauro Carvalho, César Mello, Luis Fernando Reis, Jefferson Cordeiro (todos do Bradesco) e Luiz Antônio Dutra da Silveira (Itaú).

A recomposição da diretoria se deu por meio de realização de assembleia geral extraordinária, conforme determina o estatuto do Sindicato. Foram eleitos – e tomaram posse - os seguintes diretores: Cristiane da Luz (Bradesco), Emerson



Botelho (Itaú), Lucas da Cunha (Caixa), João Paulo da Silveira, Juliano da Rocha e Roger Carré (todos do Banrisul).

Confira a nova composição da diretoria:

Executiva Colegiada:

Coordenador de Administração e Organização: Rafael Cruz da Silva

Coordenador da Secretaria Geral: Sergio Luis Rockemback Seus

Coordenador de Finanças: Paulo Rogério Fouchy

Coordenador de Comunicação e Cultura: Luis Volnei Diogo

Coordenador de Formação e Relações Sindicais: Fábio Corrêa da Silva

Coordenador de Saúde e Condições do Trabalho: Raquel Cristina dos Santos

Coordenador de Assuntos Jurídicos: Francine Fagundes dos Santos Silva

Suplência da Executiva Colegiada: Cláudia Brauner Ferreira, Roger Brum Peres, Fábio D'Avila Furtado, Emerson Botelho, Cristiane Pereira da Luz, Raquel Gil de Oliveira e Marlise Pereira de Souza.

Conselho Fiscal (Titulares): Mauro Crespo Nunes, Leandro Sebaje Ramos e Geruza Esteves Borges.

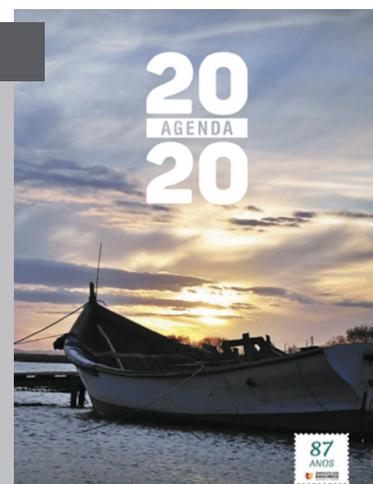
Conselho fiscal (Suplentes): Gilmar Antônio Machado, Roger Carré e Juliano Weege da Rocha

Representantes junto à Federação (Titulares): Rita Beatriz Schneider Medina e Sidmara Sarzi de Almeida.

Representantes junto à Federação (Suplentes): Lucas Fonseca da Cunha e João Paulo da Rocha da Silveira.

A agenda de 2020 do Sindicato dos Bancários está chegando!

A partir da segunda quinzena do mês de dezembro serão entregues as agendas do Sindicato dos Bancários de Pelotas, do ano de 2020. Os bancários associados receberão a agenda no local de trabalho ou podem retirá-las diretamente na sede do Sindicato, das 9h às 17h, na rua Tiradentes, 3087.



JANEIRO Sindicato alerta para modelo da Previdência idealizado por Bolsonaro

Mal havia começado o governo Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, já falava sobre a ideia de implementar uma Reforma da Previdência nos moldes do que ocorreu no Chile, levando à convulsão social que se acompanha nos dias de hoje. O Sindicato também denunciava a intenção do governo de privatizar os bancos públicos, podendo levar a mais demissões e piora no atendimento.



FEVEREIRO Guedes reforça discurso privatista

Além de se reunir com o governador Eduardo Leite (PSDB), para tratar da venda de ações do Banrisul, Guedes afirma, em coletiva à imprensa, que, em relação ao Banco do Brasil, seria “melhor vender enquanto vale alguma coisa”. O foco do governo, no início de mandato, estava na venda das subsidiárias do

BB e também da Caixa. Por isso, já alertava-se, neste período, sobre a abertura de capital de quatro subsidiárias do banco. A primeira abertura de capital, para 2020, será a da Caixa Seguridade. Depois, deve ser realizada a IPO da área de cartões e, na sequência, da Caixa Loterias e da gestora de ativos.

MARÇO Trabalhadores demonstram força para resistir à tentativa de privatizações



Em audiência pública, trabalhadores do Banrisul, CEEE, Sulgás, CRM e Corsan demonstram força para seguir resistindo ao projeto privatista do governo Eduardo Leite (PSDB), que tem dado sequência ao que vinha sendo feito pelo ex-governador José Ivo Sartori (MDB). O tucano havia descartado a venda do Banco, em período eleitoral, mas, após conversa com o ministro da Economia, Paulo Guedes, houve uma mudança de tom sobre o tema.

ABRIL Bancários elegem nova direção

Com 97% dos votos da categoria, a chapa “Ninguém solta a mão de ninguém” foi eleita para o triênio 2019/2022. A votação aconteceu nos dias 10 e 11 de abril, na sede do Sindicato, e urnas itinerantes, que percorreram todas as agências e cidades da região. Consciente do momento político atual, a direção do Sindicato ressalta, sobretudo, a necessidade de unidade da categoria para resistir aos retrocessos e assegurar os direitos conquistados.



MAIO Milhares vão às ruas de Pelotas contra os cortes na educação



Milhares de pessoas tomaram as ruas de Pelotas em defesa da educação pública e da Previdência Social. Em resposta ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, os cartazes, bastante didáticos, tiveram a preocupação de levar o conhecimento adquirido em sala de aula a um governo que tem se pautado pela ignorância e o preconceito. “Balbúrdia é o governo que governa pelo Twitter”, criticava uma manifestante. “Mais educação e menos milícia”, alertava outra. “Menos armas, mais livros”, sintetizava um terceiro.

JUNHO Bancários têm importante participação na greve geral

Mobilizados desde muito cedo, os bancários aderiram à Greve Geral do dia 14 de junho, posicionando-se contrários à Reforma da Previdência e aos cortes nas instituições públicas de ensino. A mobilização, em Pelotas, foi grande. Além da paralisação no transporte coletivo e do fechamento dos bancos, as escolas das redes pública e estadual, os serviços da rede municipal e as instituições de ensino federal também tiveram suas atividades totalmente, ou parcialmente, suspensas.



○ JULHO

Tradicional Festa dos Bancários reúne a categoria



Realizada no dia 30 de agosto, a já tradicional Festa dos Bancários contou com coquetel, janta e animação de Fábio Saraiva e Banda. A categoria se reuniu para comemorar os 86 anos de atividades do Sindicato e também o dia do Bancário, celebrado em 28 de agosto.

○ AGOSTO

RádioCom recebe o título de instituição emérita de Pelotas

A RádioCom recebeu o título de Instituição Emérita da cidade de Pelotas. Em uma proposição da vereadora Fernanda Miranda (PSOL), a emissora, que completou 18 anos no dia 12 de junho, teve uma justa e merecida homenagem pelos serviços prestados à comunidade pelotense. O coordenador geral da emissora, José Luiz Moraes, foi quem esteve representando as dezenas de comunicadores que fazem parte do dia a dia da rádio.



○ SETEMBRO

CLT e CCT resguardam bancários da perda de direitos



O Senado aprova a MP 881, mas retira do texto seu ponto mais polêmico: o que liberava o trabalho aos domingos e feriados, sem necessidade de respeitar acordos trabalhistas, e sem a necessidade de pagamento de horas extras em dobro, que poderia ser substituído por uma folga em qualquer outro dia da semana, determinada pelo empregador. A jornada dos bancários só está resguardada graças à legislação e a CCT, já que o artigo 224, da CLT, determina que o trabalho em bancos deve ser efetuado de segunda a sexta, ou seja, exclui sábados e domingos.

○ OUTUBRO

Acesso limitado à Câmara marca aprovação da entrega do serviço público à iniciativa privada

Limitando o acesso à "Casa do Povo" a retirada de senhas, Legislativo aprova, por maioria, o Programa de Parcerias de Pelotas (Proppel), deixando o serviço público municipal refém do interesse da iniciativa privada. Diretores do Sindicato estiveram presentes na sessão parlamentar que aprovou o projeto de concessão dos bens públicos municipais para a iniciativa privada. O Proppel foi aprovado com 14 votos favoráveis e cinco contrários; sendo que o vereador Marcola (PT) se ausentou da votação.



○ NOVEMBRO Sindicato cobra providências na Agência Centro do Bradesco



Após chegar ao conhecimento do Sindicato que o Bradesco estava operando com número insuficiente de funcionários, os diretores Fábio Silveira, Francine Fagundes, Luís Diogo, Paulo Fouchy e Sérgio Seus estiveram reunidos com a gerência geral da Agência Centro cobrando soluções imediatas para os problemas enfrentados, como o excesso de trabalho e o aumento de adoecimento de quem está na ativa. Após cobrança do Sindicato, o diretor regional do Banco, Paulo Bresolin, providenciou a ida de mais funcionários para a Agência.

Bancários precisam estar mobilizados para evitar perda de direitos em 2020



Será preciso muita unidade e mobilização da categoria para vencer os desafios que estão por vir em 2020. Após reunião do Comando Nacional dos Bancários junto à Fenaban, ficou claro que os bancos querem retaliar os sindicatos que ingressarem com ações da 7ª e 8ª horas.

A proposta de aditivo que garante a jornada de 6 horas, de segunda a sexta-feira, poderá excluir sindicatos que ingressaram com as referidas ações entre 1º de setembro e 30 de novembro de 2018. De acordo com Juberlei Bacelo, diretor da Fetraf-RS, que participou das negociações, até que o aditivo seja assinado, os efeitos da MP ficam suspensos para a toda a categoria em âmbito nacional.

O cenário para os bancários é bastante preocupante. O projeto que pretende fazer com que a categoria trabalhe também aos finais de semana e feriados está sendo discutido em um contexto onde os cinco maiores bancos do país fecharam 611 agências e demitiram mais de seis mil funcionários em um período de 12 meses.

As informações são dos balanços do 3º trimestre do Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú e Santander. As consequências na redução dos postos de trabalho, podem ser sentidas tanto no atendimento à população, cada vez mais precário, quanto na sobrecarga de serviço, o que tem levado muitos bancários ao adoecimento físico e mental. O Itaú, mesmo sendo o banco que mais obteve lucro, neste ano, lidera o ranking de demissões e reclamações no Procon.

Nesse contexto de ameaças e incertezas quanto ao futuro da categoria, a Convenção Coletiva de Trabalho, conquistada em 2018, ganha ainda mais importância. O acordo, de dois anos, está vigente até o dia 31 de agosto de 2020. Para garantir o cumprimento de todos os termos acordados na CCT será preciso que os bancários estejam conscientes da importância de fazer cumprir a Lei. Além de assegurar que o sábado é um dia útil não trabalhado, será preciso garantir, também as demais cláusulas acordadas, como a PLR e a gratificação semestral que estão correndo sérios riscos.

Acesse o Google Play e baixe o aplicativo do Sindicato.

Fique por dentro das notícias da categoria.



Dois anos de Reforma Trabalhista: piores condições de trabalho e aumento da informalidade



O principal impacto da Reforma Trabalhista, passados dois anos da sua implementação, tem sido a precarização do trabalho, sem redução do desemprego e com aumento da precarização das atividades laborais em todos os setores da economia. Quando o governo procura alardear uma suposta “queda no desemprego” está, na verdade, apenas se referindo a taxa de desocupação. Uma artimanha para encobrir o aumento da informalidade, em um cenário que se caracteriza pela retirada de direitos e salários menores.

Dados do IBGE referentes ao primeiro trimestre de 2019, apontam que o número de desempregados, no Brasil, chegou a marca de 12,6 milhões. Nesse cenário avassalador, quase cinco milhões de pessoas acabaram desistindo de procurar uma ocupação. A redução do Estado, aprofundada no Governo Bolsonaro – e que teve início com o golpe que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) – faz parte de um projeto político que visa beneficiar apenas os grandes empresários, sem focar no investimento público.

A extinção do Ministério do Trabalho também é sintomático do período que estamos vivendo. A Lei da Terceirização, aprovada em 2017, permite que se flexibilizem cada vez mais as relações de trabalho, aumentando a rotatividade nas empresas e levando os trabalhadores ao esgotamento físico e mental. A prevalência do negociado sobre o legislado tem se mostrado, na prática, benéfica apenas para os empregadores,

deixando os trabalhadores reféns dos interesses dos seus patrões. A renovação de contratos tem por regra a tentativa de reduzir os custos com benefícios e salários.

A Reforma da Previdência tende a aprofundar ainda mais os problemas que estão sendo gerados pela reforma trabalhista. O contingente de brasileiros com menores remunerações é aquele que mais se enquadra na rotatividade do mercado de trabalho, em função da sua baixa especialização, devendo engrossar o caldo dos milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. Como se não bastasse, a equipe econômica de Bolsonaro está condicionando a geração de empregos à necessidade de mais retirada de direitos, com a redução das alíquotas do FGTS e da multa paga em caso de demissões sem justa causa. Isso sem contar a previsão do aumento do salário mínimo abaixo da inflação. Outro ataque do governo mira diretamente algumas categorias de trabalhadores específicos. É o caso dos jornalistas, sempre hostilizados por Bolsonaro, que, agora, estão ameaçados com o fim do registro profissional. Por meio da reforma administrativa o governo pretende, também, acabar com a estabilidade dos servidores, reduzindo o número de carreiras e promovendo a redução de salários. Para que consiga levar adiante todos esses ataques aos trabalhadores está prevista, ainda, a Reforma Sindical, visando enfraquecer a representação das mais diversas categorias, e abrindo o caminho, de vez, para os abusos que estão sendo cometidos.

Bancárias se unem a campanha mundial pelo fim da violência contra a mulher

Em 2018, no Brasil, a cada um minuto, nove mulheres foram vítimas de agressão física. Entre janeiro e abril de 2019, no Rio Grande do Sul, foram registrados 472 estupros. Em Pelotas, nos primeiros quatro meses de 2019, houve 230 casos de lesão corporal contra mulheres.

O dia 25 de novembro marcou o Dia internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres. A data é voltada a conscientização e alerta da sociedade diante dos problemas da violência e da importância do registro da denúncia para a elaboração de políticas de prevenção e



punição dos agressores.

Com o mesmo propósito do Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, foi criada a campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”, uma mobilização mundial que acontece anualmente. No Brasil, o movimento se iniciou no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro. Com o objetivo de diminuir os crimes contra a mulher e de

mostrar a importância da denúncia dos agressores, foram apresentados, pela Contraf-Cut, os 16 compromissos de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. Confira:

1 Não cometerei, serei conivente e nem guardarei silêncio diante de violência de gênero, assédio sexual ou forma de discriminação.

2 Trataremos todas as pessoas com dignidade e respeito, independentemente de seu gênero, idade, raça, orientação sexual e crença religiosa.

3 Nunca culparei as mulheres por serem vítimas de abuso nem de nenhum outro tipo de violência.

4 Escutarei, sem julgar, quando uma vítima compartilhar sua história, para que ela saiba que não está só.

5 Promoverei um local de trabalho livre de medo e de intimidação.

6 Não abusarei física, emocional e nem verbalmente de ninguém. Entendo que a violência não é somente física.

7 Vou pensar criticamente como os papéis de gênero em nossa sociedade objetificam as mulheres e as colocam em papéis menos importantes e valiosos do que os dos homens. Acredito que isso deve ser desconstruído.

8 Participarei de campanhas que promovem a conscientização e o combate à violência de gênero, seja em casa, no trabalho ou no espaço público.

9 Terei tolerância zero com a violência de gênero e o assédio sexual no trabalho.

10 Reconhecerei que a violência de gênero e o assédio sexual são problemas de direitos humanos e que afetam as relações de trabalho, a saúde, a produtividade e a qualidade de vida.

11 Combaterei a violência de gênero em todas as organizações.

12 Promoverei atitudes para combater a violência de gênero e o assédio sexual.

13 Promoverei a diversidade no local de trabalho, assim como a inclusão de práticas de igualdade e de discriminação.

14 Buscarei instrumentos de denúncia quando for necessário.

15 Entendo que a violência doméstica pode ter reflexos no local de trabalho. Apoiarei as vítimas.

16 Avaliarei os fatores de risco e adotarei medidas práticas para ajudar e proteger as mulheres que sofrem com a violência.